

FAZER AQUILO QUE NINGUÉM MAIS FAZ: ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

**Por
Letícia Oliver Fernandes
Matheus de Paula Silva
Pedro José de Carvalho Neto**

DOI: [10.11606/issn.2318-8855.v8i8p245-282](https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v8i8p245-282)

José Carlos Sebe Bom Meihy

Entrevistar é, em sua essência, um desafio. Pelo lado do entrevistado é construir uma narrativa sobre si; colocar-se perante a desconfortável presença de um gravador ou uma câmera; ser confrontado com perguntas que talvez não queira responder. Pelo lado do entrevistador, é criar as condições propícias para o conforto de seu entrevistado; preparar uma ampla pesquisa e desenvolver questões certas; saber lidar com os possíveis embates que podem surgir no momento único que é a entrevista. E quando nos propomos a entrevistar aquele é uma das grandes referências da História Oral no Brasil, que, em cerca de 5 mil entrevistas, dedicou-se não só a contar a vida de pessoas, mas também a refletir sobre a teoria e o método que envolvem esta ação?

Nossa conversa com José Carlos Sebe Bom Meihy se deu no mesmo dia em que o Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP) completou 28 anos. Nesta data, 7 de novembro, a comemoração acontecia no Departamento de História da USP. O professor, na conferência final do evento, lembrou o objetivo que o levou a fundar o núcleo: fazer aquilo que ninguém mais faz. O encontramos em meio a abraços e agradecimentos emocionados de alunos que atravessaram seu caminho ao longo dos anos. Subimos, acompanhados de alguns deles, até sua sala no Departamento, que abriga também o NEHO – confluência que é simbólica do quão entrelaçada está sua trajetória à do núcleo, o que por sua vez explica o entusiasmo com o qual nos falou sobre ele e suas propostas teórico-metodológicas. O entusiasmo, na realidade, é algo que caracteriza a postura do professor na forma de contar as mais diversas e divertidas histórias – sobre si, sua família, sua experiência em sala de aula, as entrevistas que já realizou... – e que, durante a entrevista, marcou a sua fala de uma maneira que a transcrição literal para o registro escrito não dá conta de traduzir integralmente.

José Carlos Sebe Bom Meihy

Foi acompanhado de nossos ouvidos, olhares e perguntas que o professor nos contou sobre a infância em um colégio interno no interior de São Paulo; sobre a escolha do curso de História; sobre a experiência de ser professor na USP na década de 1970; sobre seus projetos de pesquisa ao longo dos anos, sobre o processo de enveredar-se pela História Oral; sobre seu modo específico de pensá-la; e, também, sobre o reconhecimento de uma necessidade de reflexão sobre a intersecção deste campo com a produção audiovisual. Em uma hora e meia de conversa, muito se descobriu e muito ficou a ser descoberto. Esperamos que a leitura seja inspiradora, mas que também plante dúvidas e assim suscite nos leitores o ímpeto de conhecer mais a História Oral e suas vertentes brasileiras e estrangeiras.

Revista Epígrafe: A gente queria que o senhor começasse contando sua vida anterior ao ingresso na academia, sua formação escolar, e em que medida essa formação influenciou na escolha do curso de história.

José Carlos Sebe: Nós temos 4 ou 5 dias? [risos] Bem resumidamente, eu sou filho de libaneses da primeira geração nascida no Brasil. Ser filho de “turcos” impõe, de saída, um enredo complicado, com implicações identitárias, questões que passam pela língua falada em casa, por costumes tradicionais que vão desde comidas, modos de vestir, obediência a valores diferentes da cultura dominante, enfim, de escolhas de que desafiam a vida de núcleos bi-culturais. Tive sempre que me deparar com triagens e adaptações que questionavam meu padrão de pertencimento, e isto ia desde clubes de futebol, rumo político, até a escolha de carreiras, tudo me provocava.

Nasci em uma cidade do interior de São Paulo, em Guaratinguetá, no dia 15 de março de 1943. Ser de uma geração nascida durante a Segunda Guerra também

demandou enquadramentos, aliás, isso sugere reflexões mais apuradas, em particular porque àquela altura o Brasil já estava envolvido no conflito mundial. Curioso como pouco se fala da história recente do Brasil e como seguimos sem levar em conta as implicações e os vínculos geracionais. Nasci em “Guará”, porque lá moravam meus avós maternos, e a prática familiar recomendava que as filhas dessem à luz na casa dos próprios pais. Meu núcleo específico – pai e mãe – estava estabelecido em Taubaté, também no Vale do Paraíba e isto assume fundamental importância porque ambientou um envolvimento com a cultura caipira, com matrizes populares ricas e influentes. E não apenas em nível popular, pois um autor como Monteiro Lobato se impôs como marco qualificador de certa crítica nacional e ele colocou em juízo o tipo social, caipira. Não é sem razão que figuras como Renato Teixeira, nosso sertanejo maior, se conjugava Mazzaropi, e nem faltavam destaques do rock como Celly e Tony Campelo, expressões da jovem-guarda. E tudo junto... Vale supor assim que todo aquele espaço urbano me era mais um fator de complicação identitária, pois além da trama doméstica familiar, tinha também que me posicionar frente ao ambiente cultural da região. A presença da tradição sertaneja me foi muito envolvente, reveladora de ajeites com outros sotaques nacionais... Confesso que até o meu jeito de falar precisou ser adequado aos enquadramentos futuros...

Revista Epígrafe: Mas como era sua família nuclear?

José Carlos Sebe: Eu sou filho do meio, entre uma irmã e um irmão, ela mais velha. Crescemos no comércio do meu pai que tinha uma loja no Largo do Mercado. Papai era um homem muito decidido; com 13 anos, chegou ao Brasil para vencer na vida, e para ele vencer na vida queria dizer ficar economicamente bem, ter alguma posição social. Vivi em um meio familiar muito bem estruturado segundo valores tradicionais, conservadores, árabes cristãos. Sou filho de uma mãe que amava extremamente o

marido e fazia absolutamente tudo pelo projeto do patriarca. Por lógico, essa trama implicava governo paterno e impunha obediências complexas. E nesse emaranhado, meu pai se fazia senhor de uma proposta de vida muito claramente definida, com papéis sociais bem delineados. Desde muito cedo, portanto, ficava evidente que o plano familiar enredava o futuro dos filhos. Estou dizendo que a conjuntura parental projetava para os descendentes uma continuidade comercial. Meu irmão, já falecido, e minha irmã, ainda viva, obedeceram à sina familiar, mantiveram os negócios: loja e depois hotel. Evidentemente tais preceitos me colocavam como alguém potencialmente problemático, porque não queria permanecer no comércio, gostava de outras coisas; desde garoto me tornei muito crítico dos modelos sugeridos por certa tradição.

Revista Epígrafe: Mas quais as consequências disso em sua formação? Como foram seus avanços escolares, por exemplo?

José Carlos Sebe: Não entendia muito do que se passava, mas sempre tinha algum palpite sobre tudo, dava opiniões sempre conflituosas. Acho que poderia me enquadrar no perfil do “filho problema de família emigrante”. Esse tipo de rebeldia crônica me levou para um colégio interno, alternativa encontrada pelos meus pais para que eu tivesse uma boa educação e fosse mais disciplinado. Boa educação escolar posso dizer que tive, porque passei os anos do ginásio no Colégio São Joaquim, em Lorena, também no Vale do Paraíba. Essa escola era modelar para certa elite que se desenhava com bom preparo educacional. A formação escolar bem rigorosa era comandada por padres salesianos que prezavam muito línguas estrangeiras, conhecimentos gerais, e, para tanto, mantinham um currículo humanístico articulado – aprendi latim, tinha aulas canto orfeônico, estudei filosofia

desde cedo. O colégio, além de tudo, tinha boa biblioteca com destaque para textos religiosos cristãos, muitas biografias de santos...

Acontecia que por minha irreduzível atitude de adolescente rebelde, quando chegavam as férias de fim de ano, meus pais optavam por me deixar mais tempo no colégio, e apenas iam me buscar um ou dois dias antes do Natal. Sim, minha permanência era alongada pela justificativa do trabalho intenso nos negócios e pelo temor de ressurreições de minhas sanhas de adolescente. Durante esse lapso de tempo, entre o fim das aulas e a ida para casa, me restava ficar solitário, sem colegas, junto com os padres com quem apenas ia aos ofícios religiosos...

Revista Epígrafe: E como era sua vida no colégio durante esse tempo de isolamento? Que fazia para preencher a ausência de aulas?

José Carlos Sebe: As férias de verão eram longas, começavam em fins de novembro e iam até começo de março. No meu caso específico, nos dias de dezembro, ficava só e com o tempo livre, absolutamente sem compromissos. Era eu e eu... Sozinho em um colégio imenso, sem poder sair, sem companhia para conversar. Confesso que a primeira experiência, no primeiro ano, me foi difícil, mas acostumei, e já no ano seguinte gostava, e, daí para frente, ao longo do segundo semestre imaginava a próxima temporada como "dono do colégio". Lembro-me da vastidão daqueles pórticos enormes, dos amplos dormitórios com os colchões enrolados, do refeitório tão grande e das mesas vazias, e eu sozinho com eventuais empregados ou pessoal que trabalhava em obras de reparos... Acho que aprendi nessa situação a virtude, beleza, e o significado da solitude. E fui gostando cada vez mais de ser senhor do meu tempo, ainda que restrito aos muros do colégio...

José Carlos Sebe Bom Meihy

Eu, naqueles dias, tive que me organizar para passar o tempo. Foi então que os muitos livros da biblioteca se integraram ao meu jeito de filtrar o mundo. Eu lia o máximo que conseguia, e assim, com muita curiosidade, virava páginas e páginas de biografias, de histórias de vida, leituras que deixavam passar por mim a experiência suposta de diferentes santos. A hagiografia se tornou recurso instigador de meu imaginário. Ah, difícil significar o sentido dessa aventura em minha formação. Diria numa licença quase poética que percorri a ladainha vasta, as narrativas sobre muitos santos! E eles me salvavam, creia. Isso acabou me influenciando muito, definitivamente... Primeiro pelo próprio fantástico composto pela fabulação católica tão cheia de diabos e anjos, milagres e castigos, sofrimentos atrozes, ressurreição, vida e morte, subida aos céus, descidas aos infernos, transcendências... Acho, portanto que não é por acaso que vivo cuidando de histórias de vida, mantendo a preocupação com entendimento do paradoxo “indivíduo na história”... Ah! É lógico que não me ocupo de história de heróis, mártires religiosos, cientistas de relevo... Nem dos personagens sem contextos sociais, como se fossem exceções. Estou atento à vida dos cidadãos comuns, aos nexos entre público e privado, às explicações de seres em seus meios ampliados, mas comecei diferente. Devo dizer ainda, pensando a base de minhas pesquisas, que li a Bíblia com muito zelo, mas com cuidado além do espírito meramente religioso. Aquela coisa de Caim e Abel, de maldições severas e obediências irrestritas em nome de fé cega, as predestinações... Aquilo tudo me encantava e, ao mesmo tempo, alargava minha capacidade de pensar além dos fatos narrados. Ficava enredado naquelas tramas todas, e isso ia entrando em mim como convite à boa narrativa. Contar, contar bem um caso passou a ser uma proposta. Aos poucos, fui eu compondo histórias sobre os outros, exercitando explicações, elaborando possibilidades para as tais “minhas histórias dos outros”... Eu lembro que me divertia bastante quando olhava para os meus colegas e imaginava a vida deles

José Carlos Sebe Bom Meihy

fora dos muros escolares... Eu arquitetava possibilidades, inventava papéis e personagens complementares. Olhava para alguém e pensava, bem, o pai dele deve ser alemão e a mãe nordestina; este deve ter irmão problemático e uma tia rica... Ia inventando enredos todos sempre muito criativos e referenciados pela presença dos personagens com os quais convivía. Se tivesse que definir o significado das leituras no colégio interno, diria que fui marcado pelas tramas, pelo sentido subjetivo das histórias. E também pela proximidade dos protagonistas. Isso tudo, aliás, determinava uma ambiguidade que se explicou décadas depois: a relação do remoto longínquo com o presente. Despontava o fascínio pela memória...

Revista Epígrafe: Então foi no colégio interno que resolveu ser historiador? Sua escolha foi precoce?

José Carlos Sebe: No fundo eu sempre fui muito “buscador de explicações” e as queria bem claras, bem contadas, articuladas e comunicativas. Queria saber como é que as coisas aconteciam e como elas justificavam as atitudes das pessoas. Ah, prestava atenção nos modos narrativos. E isso acabou reforçando essa tendência que eu tinha de me interessar por biografias e histórias de vida, e daí para a “literaturização” foi um salto só. Com essa tendência estabelecida e tornada proposta de vida, fui me afastando cada vez mais do projeto familiar que, aliás, estava em marcha e com resultados bem constituídos. Papai sabia o que queria, tinha seu comércio e logo superou a fase de mascate, abriu a própria loja, e anos depois montou uma pequena rede de hotéis. Diria que colhi dele o exemplo para a luta, o empenho pelo trabalho, mas meu caminho era outro. Queria estudar, ler, tomar conhecimento de versões e fatos ampliados, queria o mundo.

Saindo do colégio, tornei-me estudante de escola pública, estadual. Fiz o curso clássico, destinado a quem se interessava por Ciências Humanas. Diria que, frente ao inevitável papel das famílias emigrantes, tive certa aprovação familiar para estudos, mas a expectativa permitida era que eu fizesse Direito. De início, meu desejo era fazer Sociologia – veja que estamos falando dos anos de 1960, de um período de renovação das intensas demandas sociais, das agitações. Nesse panorama, Sociologia dimensionava um apelo vibrante, com remessas que traziam mais para a realidade imediata do que a gente podia pensar, por exemplo, em curso de curso de História, Letras, ou de Filosofia. A bem da verdade, devo garantir que gostava muito de todas as alternativas. Aconteceu que na minha cidade, Taubaté, não havia o curso de Sociologia, e então me restou prioritariamente História. Eu já tinha meus autores favoritos – principalmente em Literatura – e, mesmo na inocência crítica comum aos moços do interior, gostava bastante de teoria... Não me foi difícil conciliar minha escolha pessoal, História, com a indicação paterna, Direito. Tendo sido aprovado nos dois vestibulares, fazia um curso pela manhã e outro à noite. Em 1968 me formei pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté e no ano seguinte virei bacharel em Ciências Jurídicas.

Logo me identifiquei com o curso de História. Lembro-me do impacto da leitura dos primeiros textos do pessoal dos *Annales*, da segunda geração, à qual todos rendiam tributos, em particular a Fernand Braudel, Georges Duby, Pierre Chaunu, Robert Mandrou. O fato de ler francês ajudou muito e me permitia voar em amplitude mais universal, muito além das recomendações curriculares. Tenho claro o impacto do texto de Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. Ganhei o livro de presente e o devorei os dois volumes, publicados pela Dom Quixote, de Lisboa. Imagine: eu em Taubaté, aprendendo a pensar o tempo de Felipe II... E lembro-me com nitidez da máxima de Braudel “A história é serva de seu tempo”...

José Carlos Sebe Bom Meihy

Diria mais, *O Mediterrâneo* tornou-se o livro mais importante para minha transformação, divisor de águas. Ao ver que o autor diluía a biografia de Felipe II transformando-a em solução para analisar a largura do ambiente histórico, do mundo europeu, dissolveu-se em mim o significado diminuto de pensar o indivíduo pelo indivíduo ou me contentar com biografias apologéticas.

Revista Epígrafe: Mas e o curso? Como eram os professores, as disciplinas, o currículo?

José Carlos Sebe: Eu fui gostando mais e mais do curso, um pouco independente das possibilidades de uma faculdade modesta. Aprendi logo que muito decorreria de meu empenho individual. Valeram-me, então, a boa formação do colégio interno. Ao mesmo tempo, não foi complicado distinguir-me em uma escola pequenininha do interior, onde todo mundo trabalhava o dia inteiro e eu tinha mais tempo e uma base algo melhor... Tempo e gosto! Evidentemente, eu não via a hora de acabar a faculdade de Direito, porque achava as disciplinas técnicas muito aborrecedoras, uma chatice mesmo: processo civil, processo penal, direito processual trabalhista... Na verdade, no curso de Direito eu gostava de Teoria Geral do Estado, História do Direito e Filosofia do Direito. Mas, em termos de notas, sempre fui muito bem, mesmo sem entusiasmo.

No curso de História, pelo contrário, meu empenho era absoluto e a paixão só crescia. Além disso, tive uma professora marcante, Sônia Siqueira, que dava aula de História Ibérica. E Ibérica, além do impacto braudeliano, me trazia certa aura idealizada do mundo árabe, da invasão islâmica, da Reconquista, da constituição do mundo barroco... Aquelas tramas todas me cativaram de maneira fecunda. Isso se deu logo de saída, desde as primeiras aulas. Lembro-me bem do impacto do conceito

José Carlos Sebe Bom Meihy

de Sergio Buarque “território-ponte”, espaços de passagem, de intersecção... Bem, era o que queria estudar. E tinha todo aquele debate sobre a organização de um projeto católico, de Fernando e Isabel, da conquista ultramarina, das grandes navegações. Eu adorava esses temas e acabei ainda aluno por ser chamado a ajudar essa professora, como assistente em Taubaté. Veja que estamos falando especificamente dos anos de 1960, exatamente de 1964 em diante.

Revista Epígrafe: E como era o ambiente político da Faculdade, havia discussão sobre o contexto nacional?

José Carlos Sebe: Por certo, ainda que isto seja muito pouco valorizado, também no interior, a movimentação política exercia alcance e impunha controle. De maneira sensível, as questões ideológicas transpareciam nas duas faculdades que cursava, ainda que de formas bem diversas. No curso de História, pela própria natureza da matéria, a insatisfação era mais exposta e os professores tinham que redobrar cuidados, pois havia “olheiros”. O temor de agitação política merecia atenção dos organismos controladores locais, até porque desde 1967 a cidade aspirava transformar suas faculdades em universidade. A par disso tudo, o movimento estudantil se insinuava, fato que fazia com que meu lado contestador ganhasse alguma força. Dava-se, então, um conflito entre ser bom aluno, apontar a docência – nos cursos ginasiais – como destino, e ter uma imagem mais de esquerda. Esta aparente contradição dimensionava também meu papel familiar e de jovem atuante em uma cidade do interior.

Em 1968 tudo foi agravado, o ambiente político inflamou-se atingindo diretamente o ensino público, colocando em relevo a questão educacional. Eu estava em uma escola que experimentava um regime novo, uma autarquia municipal, e isso nos situava no debate amplo. A USP foi vitimada por cassações decorrentes do AI-5 e

para o circuito universitário aquilo pesava de maneira danosa e consequente, pois mexia com a autonomia universitária.

Como jovens interessados na cultura formal, prestávamos atenção no destino de alguns pesquisadores de destaque, e lembro-me da fragilidade dos vínculos trabalhistas dos docentes, pois, por serem funcionários públicos, os professores eram passíveis de serem dispensados, sem condições de defesa. E a questão contagiava todo sistema. No Departamento de História da USP, por exemplo, houve baixas importantes como o da professora Emília Viotti da Costa e de outros como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Arthur Gianotti, Mário Schenberg, Ada Natal Rodrigues... Então, não havia como não nos afetar, direta ou indiretamente. Por essa altura, eu já estava terminando o quarto ano quando a professora Sônia Siqueira – que também era docente na USP –, com intenção determinada, perguntou-me se não queria continuar os estudos depois de formado. Basicamente seria para eu tentar uma pós-graduação na USP. Isso me soou como música fina, sinfonia irresistível. A palavra pesquisa me seduzia, me provocava, e eu fiquei empolgado com a possibilidade de fazer pesquisa em arquivos, de me aprofundar nos temas que me chamavam a atenção.

Revista Epígrafe: Foi assim que fez a opção pelo tema de mestrado?

José Carlos Sebe: Achava que então era chegada a hora de testar algumas preferências desenhadas ao longo do tempo. Gostava, por exemplo, muito de Literatura e mantinha – como, aliás, até hoje – um olho bem aberto para os vínculos entre um campo e outro, entre Literatura e História. Também estava aberto para os embates culturais, aos enfrentamentos das grandes tradições como o cristianismo, o islamismo e o judaísmo. A chamada “questão ibérica” me atraía cada vez mais e, de

um modo geral, buscava perceber o efeito desses encontros projetados no Brasil colonial... Com essa possibilidade de pesquisa, eu me interessei pelo teatro judaizante no Brasil colonial. Pois é, sempre senti atração por assuntos complicados, disputas e sutilezas culturais, mas queria mais do que identificar situações, ver os fundamentos.

Foi a professora Sônia que me fez ler uma peça do teatro colonial, texto que fecundou aquele meu momento. Minha escolha recaiu em Antonio José da Silva, personagem conhecido como “o judeu”, nascido no Rio de Janeiro em 1705 e morto em 1739. Pouca gente valoriza um escrito dele que se tornou chave para mim, as *Obras do Diabinho da Mão Furada*. Nela, a trama de um tipo de tentador, um diabinho, que por meio de subterfúgios apresentava alternativas para a superação do controle do mundo cristão, inquisitorial. O enredo da peça é muito sutil e cuida de mostrar como o inquieto diabinho, que tinha as mãos furadas para vazar as brasas colocadas por castigos, atuava para distrair o público e ensinar os judeus como driblar a vigilância inquisitorial. O uso de palavrões, gestos obscenos, servia como metalinguagem e isto me valeu como pressuposto para consideração analítica. Fiz uma leitura atenta desse texto, pensando que se tratava de um artifício cripto-judaizante, ou seja, de uma “palestra” sobre os modos de contorno ou disfarce do controle inquisitorial.

Minhas reflexões sobre literatura e biografia ajudaram a inscrever aquela peça na chave analítica conhecida como “tecido fáustico”, segundo a tradição dos textos que cuidam de pactos com os habitantes dos infernos. E no caso, demandava ver como Peralta – este é o nome da figura maléfica – ensinava, nos palcos, as estratégias de vivência das práticas judaicas, como varrer de fora para dentro, como disfarçar a dietética recomendada e fazer a alimentação religiosa, como trocar a camisa às sextas-feiras. Devo dizer que ao ler o processo inquisitorial de Antonio José, aprendi a

José Carlos Sebe Bom Meihy

inerência dos fatos da vida na produção artísticas, ou autobiográficas, das pessoas. Literatura, História, biografia: encontros. Estava em fase de conclusão do mestrado, já com a redação bem adiantada, quando se deu o convite para que eu pulasse a etapa do mestrado e fosse direto para o doutorado. Foi o que aconteceu. Aproveitei, mais tarde, em 1981, parte da pesquisa sobre o *Diabinho* e publiquei o texto *A literatura como defesa: o exemplo do teatro de Antônio José da Silva*¹, no Boletim Informativo do Centro de Estudos Portugueses, daqui da USP.

Revista Epígrafe: E o que aconteceu com este tema? Integrou-se em suas novas pesquisas?

José Carlos Sebe: Ao passar para o doutorado, fui motivado a pensar questões mais amplas, menos pontuais. Firmava-se em mim a proposta de entendimento da complexidade do processo colonial mediado por instituições relevantes. Veja: nós estamos falando do tempo da contracultura, dos anos rebeldes e de agitação, dos efeitos do que se conhece como “anos dourados”. Eu comecei a me encantar com toda essa beleza de possibilidades de estudos que desafiavam percepções consagradas. Naquele momento era impossível não pensar a projeção de temporalidades, ou seja do passado remoto e sua projeção naquele presente. E tínhamos todo impacto das questões braudelianas da “longa duração”. Por lógico, não queria perder o cenário cultural e então comecei a pensar sobre o barroco como estilo de vida, com projeção inclusive na formação da nossa cultura. Houve um professor que foi capital para toda minha geração: Eduardo d’Oliveira França. Posso dizer que o impacto de um livro do professor França me causou espanto fértil, *O*

¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A literatura como defesa: o exemplo do teatro de Antônio José da Silva. Boletim informativo do centro de estudos portugueses*, v. 7, n.19, jan./ dez. 1981.

*Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*². Juntamente com a força das pesquisas inquisitoriais promovidas pela professora Sônia, estava indicado um novo caminho.

Tudo se trançava de maneira provocativa. Eu vislumbrava perceber, então, como se traduzia entre nós o barroco. Como se mesclaria uma cultura européia, de corte, num espaço colonial como o nosso, com desafios catequéticos dos indígenas, com a presença de enorme contingente escravo negro, com uma mestiçagem latente... E era urgente definir um tema de estudos. Pensei em algumas alternativas até que cheguei em uma que me encantou mais: a Companhia de Jesus, os jesuítas. Em obediência à antiga procura de entendimento da superação das fronteiras, dos tais “territórios ponte”, buscava uma instituição que atravessasse experiências localizadas.

Devo dizer que sou leitor do padre Antonio Vieira. Aliás, esta é uma leitura da vida inteira. E outra vez, por tendência à biografia, notei que a trajetória dele implicava muitos temas que me atraíam: os sermões, a colonização religiosa, traços familiares desafiadores da ordem – sim, considerei o fato dele ser neto de escravos em Portugal – e, sobretudo, o projeto da Companhia de Jesus. Foi assim que elaborei um plano em duas partes: primeiro abordaria o projeto jesuítico nos primeiros anos da colonização brasileira; depois reflexões sobre o Padre Vieira. À época não era fácil fazer pesquisa em arquivos fora do Brasil. Não havia tantas bolsas de estudos disponíveis e eu estava em início de carreira. Parti então da monumental obra de Serafim Leite, com a *História da Companhia de Jesus no Brasil*³, com a leitura dos

² FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1946.

³ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1945.

quinze volumes – considerações históricas, institucionais, contabilidades, escolas –, eu me sentia instigado a pensar o reverso o peso do Brasil na Companhia de Jesus, e me ocupei de imaginar uma empresa colonizadora com um potente plano de ação que afetava indígenas, negros, judeus.

As cartas jesuíticas se transformaram em fonte básica para tentar análise do avesso da conquista dos loiolanos. Eu me afeiçoei às cartas jesuíticas! Eu achava que seria possível ver mais do que o plano jesuítico, que havia possibilidade de perceber os “colonizados”. É lógico que me encantava ver toda aquela produção de documentos epistolares: como alguém da selva, dos poucos colégios, de rincões escondidos, escrevia aquelas coisas... Como é que as cartas chegavam na Europa, quem as lia... Tudo isso! Envolvido nessas questões, o tema da resistência, o estabelecimento de estratégias de convívio entre as partes se me apresentou como desafio.

Por esse tempo, já no doutorado, fui convidado a substituir a professora Sônia e assim ingressei, em 1970, como professor assistente tanto na faculdade em Taubaté como na USP. Combinava ainda minhas atividades iniciadas como professor no antigo sistema ginásial com a nova função docente. A correria da vida exigia desdobramentos. Além de professor em duas cidades separadas por 150 quilômetros, estava recém casado.

Revista Epígrafe: O que representou a USP para você, para alguém saído de uma escola do interior do estado?

José Carlos Sebe: A USP para mim foi como a descoberta de um novo planeta. Imagine o que representou sair do interior sem ter sido aluno dos grandes mestres, sem ter participado diretamente dos principais debates da instituição e, de repente,

estar na USP. E olhe que falamos dos anos iniciais da década de 1970, com toda aquela caça às bruxas – sendo que algumas das principais “bruxas” estavam exatamente lá. Isso era algo meio dramático, pois se abria para mim um espaço muito promissor no plano pessoal, mas ao mesmo tempo era um desafio de largura inimaginável. Eu na USP, a USP em mim... E sentia-me muito responsável para suprir vazios de formação...

Até então, eu era um diletante, minhas pretensões se esgotavam em fazer minha pesquisa de pós-graduação e dar aulas. Percebi logo que a pesquisa continuada me seria uma missão interminável. Tive apoios importantes, ainda que pontuais, devo dizer. Logo me liguei mais ao professor França e fui bem-recebido por um colega que fez a diferença: Sebastião Witter. De tal forma me liguei ao Witter que, tendo afinidades não acadêmicas, resolvemos instruir nossos debates em um projeto de entrevistas sobre o mundo do futebol. Bom retomar este ponto porque tivemos que fazê-lo no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo. Isto porque as coisas da cultura popular ou de massa não se adequavam ao gosto uspiiano. Imaginem...

Desde o começo, ficou subjacente à minha presença, ao meu papel inicial como docente e pesquisador na USP o fato de eu não ter sido uspiiano de raiz. Além dos professores Sônia, França e Witter, restava enfrentar um certo preconceito departamental onde havia uma natural afiliação, acalentada inclusive pelo sistema de Cátedras, pelo qual o poder se assumia, delegando, por exemplo, ao chefe de cadeira a escolha de seus assistentes. Acabei por me integrar ao Departamento, na disciplina que então se chamava História da Civilização Ibérica.

Poderia dizer que estava determinado a continuar lá, independente de boa ou má aceitação. Foi um exercício recíproco de trocas, mas o resultado tendeu ao positivo. Eu ingressei como “professor assistente voluntário”, uma figura que

desapareceu das relações trabalhistas... Essa condição funcional vigorou quando houve as cassações e, sem concurso, tal categoria foi implementada como forma de aliviar demanda dos professores estabelecidos. Isso foi em 1971 e fiquei trabalhando sem salário até 1974, quando foram admitidos novos contratos. Resta dizer que corria no folclore do Departamento uma definição de “alto” e “baixo clero”. Alto era o grupo composto pelos nomes reconhecidos, afiliados dos catedráticos. Baixo eram os demais, quase sempre – como eu – representantes de novas espécies: um japonês, um negro, alguns judeus e eu, árabe...

Revista Epígrafe: E como caminharam suas pesquisas?

José Carlos Sebe: Eu ia, então, juntando o antigo gosto pela literatura, a possibilidade de pensar uma sociedade barroca desde sua formação, as aberturas para reconsiderar o papel dos judeus, escravos e, sobretudo dos indígenas. Tentava assim definir uma colonização barroca luso-brasileira. A originalidade de nossa condição social, a combinação de grupos que interagiram sob a égide de uma violência não reconhecida, tudo isto me atraía. Por certo já estavam apresentadas as teses contra o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e eu me aproveitei dessas críticas para pensar o que acabou por ser o título do meu doutorado: *A presença do Brasil na Companhia de Jesus*⁴. Na inocência desse meu começo como historiador, pretendia mostrar que o Brasil jesuítico fora uma agência importante para os propósitos da Companhia, mas teve que se modificar, que perder certas prerrogativas, para subsistir com sucesso na colônia. Não havia como negar um rebaixamento do Brasil como espaço para a elite loiolana e dessa forma que servimos de local onde alguns doentes como Anchieta, ou mulatos como Vieira poderiam viver.

⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549-1649*. 1976. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

José Carlos Sebe Bom Meihy

Era um sonho, imagine. Foi algo que se supõe quando a gente tem vinte e poucos anos de idade, né? Eu pensava: “quero estudar o avesso da perspectiva eurocêntrica, preciso dizer sobre a presença do Brasil na Companhia de Jesus”. Isso sem acesso à documentação distante, sem quase nada. Então me vali das Cartas Jesuíticas como forma de ver como os inacianos se comunicavam, quais termos usavam para significar abstratos valores cristãos para os indígenas que tinham códigos de comunicação tão diverso. Como seria traduzido, por exemplo, o Deus uno e trino cristão? “Trovão” bastaria para aproximar um conceito tão complexo? Foi quando brilhou a noção de “abrasileiramento”. E pensava: “isso é presença do Brasil, modificando toda a teologia cristã católica, permitindo aberturas”. Por certo, não consegui o que pretendia. Defendi o doutorado com duas certezas: a proposta era boa, mas não consegui produzir um texto correspondente ao sonho.

Revista Epígrafe: Como sua proposta se relacionava com debates daquela época?

José Carlos Sebe: Vigorava por aqueles dias o debate sobre a existência de um barroco nosso, diferenciado. O crítico literário Wilson Martins, por exemplo, estava publicando os ensaios que comporiam a *História da Inteligência Brasileira*⁵ e abria a longa sequência de análises perguntando “qual o momento inaugural da Literatura Brasileira?”. Em 1958, o professor Antonio Candido já havia proposto que a autêntica literatura brasileira apenas teria começado com os mineiros no ambiente da conjuração, e que, para se constituir como Literatura, era preciso haver um sistema, articulações integradas, ou seja: autor, produtor, consumidor e mercado, e, em meio a tantas vozes potentes, na modéstia de minhas inquietações, ficava me perguntando: “mas, e na minha tese, e eu, como ficaria minha proposta?”. Persistia, enfim, a pergunta que não me acalmava e que precisava responder: “afinal de contas,

⁵ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976.

se houve presença do Brasil na Companhia de Jesus, tinha literatura brasileira, não é possível que não tivesse!”. Para resolver este dilema, voltei ao Padre Vieira, em particular aos Sermões e às Cartas. Eu ficava encantado com o Padre Vieira: suas alegorias, os argumentos engenhosos, os meandros narrativos e afirmativas institucionais.

A alternativa que me restou foi escrever um pouco sobre o “imperador da língua portuguesa”, como o chamou Fernando Pessoa. Produzi alguns textos sobre Vieira, em particular um ensaio introdutório para as cartas *Escritos Instrumentais sobre os índios*⁶. Dando dimensão a este tema recorrente em minha produção, mais tarde orientei alguns trabalhos do pós-graduação sobre Vieira. Entre os meus artigos mais significativos, estão: *O espírito científico da Companhia de Jesus na Colonização Brasileira*⁷, *Vieira Utópico: Sor Juana Distópica*⁸ e um artigo bem polêmico, *A escravidão negra e indígena segundo os Sermões: Padre Antônio Vieira*⁹.

Revista Epígrafe: Como foi sua experiência como professor universitário?

José Carlos Sebe: Em termos profissionais, me firmei como docente no Departamento de História, tanto em Taubaté como na USP, com tempo parcial de trabalho em ambos. Sempre me dei bem com a sala de aula e acho que isto se deveu a dois motivos principais: 1) estamos falando de um tempo em que as aulas eram muito teatrais, e sempre cuidei bastante do preparo do “meu teatro docente”; 2)

⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Ensaio Introdutório sobre o Padre Vieira. In: Antonio Vieira. (Org.). *Escritos Instrumentais sobre os Índios*. São Paulo: Loyola, 1992.

⁷ _____. O espírito científico da Companhia de Jesus na Colonização Brasileira. *Revista História*, Taubaté, v. 1, 1972.

⁸ _____. ; RAGÃO, Maria Lúcia. Vieira Utópico: Sor Juana Distópica. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RAGÃO, Maria Lúcia (Org.). *América: Ficção e Utopias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

⁹ _____. In: NOVIKOFF, Cristina; GRISPUN, Mírian Paura S. Z.; DUTRA, Robson (Org.). *Desafios da práxis educacional: interdisciplinaridade, estética e ética*. Rio de Janeiro: Editora PontoCom, 2013, p.37-56.

José Carlos Sebe Bom Meihy

procurava sempre inovar com textos de Literatura – usava, por exemplo, poemas de Fernando Pessoa para discutir “o mar português”, ou peça do Dias Gomes para falar do “Santo Inquérito” e, nesta senda, me valia de cinema, do cancionero popular... A sala de aula, naqueles tempos, era espaço importante para a formação dos alunos e havia certa ênfase no desempenho do docente. E eu me fascinava, eu era fascinado por aquele teatro/aula!

À medida que conhecia o Departamento, passado o momento da estréia, ia me aprofundando nos problemas que afetavam nosso trabalho. Aos poucos começava a perceber algo que me inquietava em termos curriculares e que dizia respeito à disciplina História Ibérica. De certa maneira, as interpretações esperadas de Ibérica eram as que servissem de pressuposto para o entendimento da História do Brasil e da América. Os temas coloniais e o momento do império serviam mais a fixação da orientação eurocêntrica, colonizadora, do que para mostrar a formação de uma cultura nova, brasileira, ou da originalidade latino-americana. E o limite temporal denunciava isso. Os programas de Ibérica acabavam nos processos de independências.

Revista Epígrafe: E como ficava a disciplina de Ibérica no conjunto das demais?

José Carlos Sebe: A Cadeira de Moderna e Contemporânea e a de Brasil eram regidas pelo professor França e Sergio Buarque, respectivamente. E sempre foram muito prestigiadas, ainda que também houvesse bastante reconhecimento do professor Eurípides Simões de Paula, que cuidava de História Antiga e de temas voltados ao Oriente. Mas a centralidade era Moderna e Contemporânea e Brasil. E tudo girava em torno dos nomes que tendiam a ser centrais, que eram afinal: homens brancos, de famílias ilustres... A quebra dessa postura hegemônica, por exemplo na Cadeira de Moderna, só se deu nos anos de 1980 com a entrada da Laura de Mello e Souza,

José Carlos Sebe Bom Meihy

então a primeira mulher desse setor. Devo dizer que havia uma vantagem em considerarem Ibérica como algo complementar: tínhamos mais liberdade e foi assim que me permiti usar novos materiais de ensino – usava muito slides de arte.

Foi nesse ambiente que resolvi, imaginem, dar um curso de Ibérica só com textos de Literatura, e de sobra questionava os documentos oficiais e procedia a paralelos com a historiografia convencional. Os alunos adoraram! A tal “boa aula” – a boa aula, a aula preparada, polida – funcionava. Como o critério de divisão de turmas era alfabético, de “A” a “Z”, as turmas que eram divididas se rivalizavam na preferência de professores e com a permissão de trocas, eu sempre tive salas cheias. Muito cheias. E isso me dava uma alegria enorme... Não apenas no nível da vaidade, como no nível de uma proposta pedagógica. Ia juntando argumentos e a cada dia pensava mais: “eu tenho que mudar essa percepção de História Ibérica”. Isso, aliás, no fundo, significava atuar em uma visão geral de todo o Departamento de História.

Foi quando comecei a puxar as questões da Guerra Civil Espanhola que, outra vez, se emendava na antiga busca de entendimento de uma história mais totalizante... E era uma proposta apaixonante, sempre foi, e, subjacente a esta “atualização”, subsistia a questão do cinema, da literatura, do teatro, como recurso. Com o apoio inestimável da colega Maria Luiza Tucci Carneiro e ajuda de outros companheiros da área, nós conseguimos mudar esse programa... Mas a mudança não se deu do dia para a noite, começamos com programas alternativos. E tínhamos que abordar a colônia, inclusive o tal barroco brasileiro. Aí ocorreu uma coisa muito engraçada. Eu dava aula de Ibérica Moderna e resolvi pedir como trabalho de avaliação do curso entrevistas com portugueses e familiares que viviam no Brasil para ver questões de memórias e defesa do programa português. Basicamente, queria ver como os emigrantes contavam a história da colonização, como viam por exemplo o impacto da

José Carlos Sebe Bom Meihy

Inquisição, das instituições metropolitanas projetadas na colônia. Dava-se dessa forma, de maneira intuitiva, abertura tanto para pensar mais tarde o uso da história oral como para ingresso em estudos sobre memória. O resultado foi surpreendente: a classe se empolgou. Sobretudo, de repente, permitia-se no programa avaliar a relação de tempo passado/ presente... Fiquei muito interessado nisso.

Revista Epígrafe: Essas mudanças foram para frente?

José Carlos Sebe: Houve uma conseqüente mudança curricular no Departamento. E aí entraram as disciplinas optativas que no caso de Ibérica Moderna eram alternadas com os cursos regulares, permitindo lecionar outras disciplinas. Foi quando pensei “é agora, vou dar uma optativa!”... e peguei logo história da arte que, imagine, havia deixado de fazer parte de nossas ofertas no currículo do Departamento. Intercalando as obrigatórias – semestre sim, semestre não – comecei a fazer uma experiência de cursos sobre Ibérica Contemporânea, em particular com aspectos ligados à Guerra Civil Espanhola. Em meio a isto fiz uma experiência de teatro e História, todo um curso girando em torno dos *Fuzis da Senhora Carrar*, da peça do Brecht, e foi muito bom. E a partir disso, passando de optativa para curricular, comecei a dar o primeiro curso de Guerra Civil Espanhola, com uma pergunta bastante inquietante: por que é que os intelectuais brasileiros não participaram do Segundo Encontro de Escritores Antifascistas, em 1937? Essa pergunta decorreu da leitura de *Memórias de la Nostalgia*, de María Tereza León, que era mulher do Alberti, Rafael Alberti, o poeta, que tinha feito uma viagem pela América Latina em 1935 e tinha passado pelo Brasil. Levantei notícias e textos dos escritores brasileiros como [Manuel] Bandeira, Jorge Amado, Mário de Andrade, Érico Veríssimo, Monteiro Lobato, e vi que havia grande produção de poemas, contos, romances, traduções de autores que, de diferentes formas, remetiam aos acontecimentos da Espanha, em especial a [Federico] García Lorca –

José Carlos Sebe Bom Meihy

aliás, este fenômeno foi comum em toda América Latina. Há alguns anos atrás organizei uma coletânea de artigos sobre a Guerra Civil e publiquei um texto analisando tais manifestações¹⁰...

Revista Epígrafe: Só gostaríamos de esclarecer um ponto nesta parte sobre a trajetória. Em 1981, pelo seu currículo, a gente viu que o senhor fez a sua livre docência, que foi sobre a história da pobreza em Taubaté, de 1889 a 1945. Onde se encaixa esse trabalho na sua trajetória?

José Carlos Sebe: Exatamente nesse panorama da contracultura. Eu queria fazer história do povo, eu não aguentava mais a exclusividade da ênfase dada nos grandes heróis e fatos magníficos. Sem desprezar autores importantes e reconhecidos – eu mesmo tenho um livro sobre Monteiro Lobato –, mas queria participar de uma história do povo. Aliás, quero até hoje, busco uma história do povo, das pessoas comuns. Então, neste afã iconoclasta, eu queria fazer história do povo, da pobreza. Por lógico, havia algo pessoal nessa trama, eu queria render tributo à história do meu espaço, do local onde me fiz historiador...

Revista Epígrafe: E suas outras posições de pesquisa? Quais foram seus interlocutores mais significativos?

José Carlos Sebe: Eu sempre trabalhei com alunos de todos os níveis: graduação ou pós-graduação. Os alunos sempre foram meus interlocutores diretos e preferentes. É claro que frequentava as reuniões dos professores, participava dos debates, congressos e demais atividades, mas minha ação direta sempre foi com os alunos, voltada para o interesse docente/ discente e para o envolvimento de pesquisas compartilhadas. Em termos práticos, em mim presidia a necessidade de atualizar o

¹⁰ MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *Guerra Civil Espanhola - 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011.

conteúdo da disciplina Ibérica, atualizar os conteúdos, percebê-la mais e melhor no quadro de uma “história total”. E consegui oficializar a mudança dos conteúdos exatamente em 1982.

Esse ano, 1982, aliás, foi vital para o meu futuro por três motivos: um primeiro porque pedi tempo integral na USP; outro, porque resolvi deixar minha vida em Taubaté e mudei com minha família para São Paulo; terceiro porque optei por uma experiência internacional. Autorizado no tempo integral, residindo em São Paulo, senti-me apto a concorrer a uma bolsa de pesquisa no exterior. Como já havido ouvido falar de história oral, era lógico que me aprofundasse no tema. Por anos vinha desenvolvendo entrevistas com espanhóis residentes no Brasil, sobre a Guerra Civil Espanhola e mirava nos soldados brasileiros que foram lutar na Espanha – entrevistei os sobreviventes e disto resultou o livro *A revolução possível*¹¹. Possuía também as experiências com portugueses emigrantes, a respeito da memória do processo colonial. Houve também o projeto que o professor Witter, no começo dos anos 1980, no Museu da Imagem e do Som de São Paulo sobre futebol no Brasil, o *Memória do Futebol Brasileiro*. Também no MIS levei avante mais um projeto, sobre Memória do Vale do Paraíba...

Revista Epígrafe: E como se deu sua iniciação no campo da história oral?

José Carlos Sebe: Diria que tudo começou de maneira estranha, primeiro pelas entrevistas com espanhóis e portugueses, depois comecei a pensar em história de vida, como no caso do projeto do futebol. Não íamos direto ao tema futebol, mas sim sobre a vida das pessoas. Resolvemos integrar pessoas que “não falavam”, como as mulheres torcedoras, os bandeirinhas, os goleiros negros – em particular, nos detivemos na situação do [Moacyr] Barbosa, culpado por perdemos a Copa do Mundo

¹¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Revolução possível*. São Paulo: Xamã Editora, 2009.

José Carlos Sebe Bom Meihy

de 1950. E isso foi vigorando, até que chegou em 1982, eu já tinha essas experiências com entrevistas, havia feito algumas leituras e até já tínhamos um grupo de estudos que, contudo, ainda era informal... Estava nisto quando, em 1982, recebi um convite da Universidade de Stanford para fazer pesquisas e dar aulas por um ano. Era uma bolsa bem generosa e me deu oportunidade de ir com a família para os Estados Unidos. Fui, passei esse ano, voltei, e já com a vontade de implementar algo em história oral... Como havia convivido com alguns intelectuais norte-americanos, pensava muito na relação entre a carreira deles, suas escolhas temáticas e isso, além da análise da produção historiográfica de cada um. Estava dado o passo inicial...

Revista Epígrafe: Como foi recebida a sua proposta de história oral no Departamento?

José Carlos Sebe: Foi complicado, pois falamos de história oral em um departamento onde sempre se prezou muito o peso da escrita. Percebi logo que não bastava falar ou propor projetos sem fundamentação teórica ou diálogo com outras pessoas de lugares diferentes, mas que falavam da mesma coisa. Então eu escrevi o primeiro *Manual de História Oral*¹², que em um ano vendeu 2.500 exemplares; fizemos uma segunda edição ampliada, terceira edição ampliada, quarta edição ampliada, quinta edição ampliada! Aí eu falei “chega de ampliar”, e parti para um novo texto mais completo: *História oral, como fazer, como pensar*¹³, já teorizando toda essa questão da história, esquematizando o que é história de vida, o que é história oral temática, o que é história oral testemunhal, o que é tradição oral... E neste embalo, aproveitando o antigo grupo de estudos, fundamos, em 1991, o NEHO. O NEHO, Núcleo de Estudos

¹² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹³ _____; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: Como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

em História Oral... Aliás, o grupo fez hoje 28 anos de existência, sabe? Hoje é um dia muito especial para mim!

Revista Epígrafe: E de que se constitui o NEHO?

José Carlos Sebe: O pressuposto do NEHO é o convívio. Convívio com o diferente, então nós tínhamos pai de santo, pastor evangélico, índio, mulheres da alta sociedade, tudo junto! E pesquisas... A gente avançou para a questão da música, para a questão da arte, e eu sempre aproveitei esse fato de ser meio “alternativo-marginal” do Departamento. Fundamos o NEHO, o NEHO foi muito bem, os cursos de história oral, a fundação da Sociedade Brasileira de História Oral... Ah, mas logo no primeiro, segundo ano já saí, porque eu prefiro ficar com os alunos do que ficar discutindo com os meus pares... Me aposentei em 2000, fiz concurso no Rio, passei, detestei sair da USP para ir para uma universidade carioca. Foi muito traumático pra mim, eu adoro a USP, tanto que estou aqui até agora, e grato!

O NEHO foi uma experiência pedagógica que nasceu informal e informal ficou. Nós não temos uma linha escrita sobre regras, admissão, nada disso. Com alunos, não só da USP, aberto a todos os interessados, a gente tinha reuniões quinzenais onde abordávamos temas sobre oralidade e pesquisas na área. Em nossas reuniões, todos falavam sobre seus projetos, havia um texto de discussão e, em complemento, colocávamos um projeto em discussão aberta. Isso funcionou por 28 anos. E hoje nós estamos em 17 estados, temos 51 livros publicados com a nossa prática. E tudo nasceu dos alunos.

Revista Epígrafe: E os cursos de história oral ministrados pelo senhor e pelo NEHO?

José Carlos Sebe: No primeiro curso que eu ofereci, como disciplina optativa, tivemos 120 alunos, isto em uma sala para 90 – o pessoal sentava no chão. Não deixava de

José Carlos Sebe Bom Meihy

haver um paradoxo: como um curso de história oral num Departamento de História?! De toda forma a aceitação foi se fazendo. Quando fundaram a USP Leste, quiseram levar a história oral para lá, mas resolvemos que não, optamos por ficar no Departamento de História, no departamento do documento escrito. Concluímos: é aqui que a gente tem que dialogar. O NEHO é resultado disso. Foi nesta linha que começamos a produzir livros provocativos, estruturando o que entendemos por história oral. Os livros de teoria, os manuais, foram se sucedendo. A história oral é um processo em trânsito. Muita coisa ainda tem para acontecer. Do lado do NEHO, diria que o mais acabado texto é *Memórias e Narrativas: história oral aplicada*, que escrevi junto com Leandro Seawright, pela Editora Contexto¹⁴.

Revista Epígrafe: Em termos práticos, de pesquisas de campo, como foi sua atuação?

José Carlos Sebe: Em 1992, eu fiz um projeto experimental que não está publicado, mas que me marcou muito, fomos – os alunos do curso de história oral e eu – à favela São Remo, bem aqui atrás da USP, ver como os moradores contavam sobre o “descobrimento do Brasil”. A meta era pensar como analfabetos narravam a nossa história. E minha intenção era perceber quais mecanismos atuavam na memória de pessoas que não tinham passado pelo processo de aprendizado formal, escolar. Buscava algo mais do que o tema, queria pensar como atuava a memória de transmissão oral, e preocupava-me entender como passar do suporte oral para o escrito. Por esta altura, em 1993 ganhei outra bolsa de estudos, desta vez para ir para a Universidade de Miami onde passei um ano dedicado a fazer entrevistas com

¹⁴ No momento da publicação desta entrevista, este livro ainda se encontrava no prelo.

intelectuais brasileiros que atuavam nas universidades americanas. Foi o que fiz e isto resultou em um livro chamado *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*¹⁵.

De volta ao Brasil, na USP, os alunos cobraram um empenho mais objetivo, sobre temas sociais relevantes para a nossa realidade. Estávamos vivendo um momento em que os noticiários registravam muitos suicídios de índios e uma aluna me desafiou: “já fez trabalho sobre os brasilianistas, agora tem que fazer um trabalho sobre os brasileiros”. A minha velha paixão pelos índios, aquela devoção lá de trás, recrudescceu. Graças a um convite de uma universidade de Dourados, para ministrar um primeiro curso de história oral fora da USP, resultou no livro *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*¹⁶. Para surpresa minha, na ocasião o livro foi muito bem recebido, porque, enfim, os jornais diziam que os índios queriam se matar, queriam se exterminar, e eu achava que havia algo mais, e para entender melhor essa história seria preciso um contato mais íntimo... E foi só chegar à reserva para ver que não era nada disso. Vimos que os índios queriam ter voz, e o jeito era chamar a atenção do público, pela mídia, expondo os suicídios. Era um número absurdo de suicídio de indígenas que se auto-imolavam. A idéia deste livro era dar ênfase às histórias, sem grandes mediações ou análises. Isto foi uma espécie de novidade, pois na tradição historiográfica, o povo não fala, não tem protagonismo. Bastou isto para que houvesse críticas do tipo “isso não é história, isso é literatura, jornalismo”. O livro enfim, fez um belo caminho e foi, inclusive, indicado na categoria de jornalismo para o Prêmio Jabuti.

¹⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Colônia Brasilianista: História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

¹⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

Durante o ano que passei na Universidade de Miami, intensifiquei minha amizade com Robert Levine. Sempre fomos amigos, mas o convívio próximo facilitou vários projetos comuns. O mais consequente deles, certamente, foi o que fizemos sobre Carolina Maria de Jesus. A quatro mãos, escrevemos o *Cinderela Negra*¹⁷, que foi de certa forma um livro redentor, capaz de trazer de volta a figura tão mal compreendida da “escritora que saiu do lixo”. A proposta inicial pretendia ver o que aconteceu com os favelados trinta anos depois da publicação do *Quarto de Despejo*¹⁸. Fomos atrás dos personagens citados no livro, achamos as pessoas, entrevistamos, fizemos duas versões, uma para o público brasileiro e outro para o norte-americano. Até hoje os livros servem de referenciais, estão em muitos cursos sobre mulher negra na América Latina, sobre pobreza, lixo. Aí sim, tratamos de um trabalho de história oral, mas de história oral híbrida, entrevistas com diálogos textuais...

Revista Epígrafe: O senhor começou fazer história oral na virada da década de 1980 para 1990, pelo o que senhor está dizendo. Nesse meio tempo, essas entrevistas que o senhor fazia conversavam com alguns modelos de história oral que existiam no Brasil, como o do CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, ligado à Fundação Getúlio Vargas], que foi criado já na década de 1970, ou do LABHOI [Laboratório de História Oral e Imagem, ligado à Universidade Federal Fluminense], da década de 1980?

José Carlos Sebe: Não! A nossa era uma proposta totalmente diferente, completamente diversa... Diria que nós brigamos, mas sempre muito amorosamente. Gosto muito de todos os colegas que trabalham com história oral, a gente se dá

¹⁷ _____; LEVINE, Robert. *Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

¹⁸ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

civilizadamente, ninguém atira em ninguém. Mas a nossa proposta é outra. Eu sempre acreditei que a história oral brasileira não nasceu no CPDOC. O CPDOC é – sempre foi – um centro de documentação, então eles produzem documentos. A história oral que eles produzem é bem constituída, bastante trabalhada, mas não é essa minha proposta. Minha proposta é mais subjetiva, menos histórica no sentido da busca de posicionamentos afirmativos. Interessa, para a linha que advogo, muito mais a mentira, a distorção, a variação, a fantasia, o imaginário. Esta disputa pela paternidade da história oral brasileira é um pouco a luta por hegemonia, o que é uma bobagem. E o que aconteceu foi o seguinte, em 1975, uma entidade norte-americana, já dentro daquele projeto de superação das ditaduras da América Latina, financiou uma missão que tinha como propósito promover a história oral. Essa equipe era composta inclusive por pesquisadores mexicanos... E o CPDOC foi o centro hospedeiro. Para atender o público, convidam professores do Brasil inteiro, inclusive da USP. Houve, então, o tal curso de história oral, mas pouco resultou. De volta para seus postos, nada mudou, não acontece nada. A explicação para tanto é que a história oral é fruto da democracia, ela é um componente político, nada poderia mudar, projetos não poderiam avançar, pois não havia liberdade de expressão. Tudo era regulado, o medo estava instalado. Só onde tem liberdade de fala, de imprensa, pode-se ter projetos de história oral. E durante as ditaduras nós não tivemos história oral. Nossa história oral é fruto da abertura política. E não poderia ser de outra forma...

Revista Epígrafe: Como o senhor contaria, então, a origem da história oral brasileira?

José Carlos Sebe: A história oral brasileira nasceu de fora para dentro, ou seja, colonizada pelos europeus que dão os modelos. Em termos práticos, nasceu com exilados brasileiros. Sempre que posso, saúdo o nosso primeiro libelo de história oral,

José Carlos Sebe Bom Meihy

publicado em 1976, por iniciativa de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, com registros de Herbert de Souza, Márcio Moreira Alves, Abdias do Nascimento e outros tantos¹⁹. Depois desta “versão masculina”, de forma bem ostensiva aparecia a resposta feminina intitulada *Memórias das mulheres no exílio*²⁰, publicado editora Paz e Terra, em 1980. É preciso dizer que havia o modelo do CERU [Centro de Estudos Rurais e Urbanos, ligado à USP], que realmente inovou com a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz que foi, aliás, pioneira em tratar metodologicamente com histórias de vida e com o uso de gravador. Independente disto, porém, nos no NEHO procuramos sempre um caminho próprio. Só para citar exemplo, estamos trabalhando agora – e fomos os primeiros no Brasil – com história pública, objetos biográficos, memória de analfabetos e, sobretudo, com história oral aplicada.

Revista Epígrafe: Falando nisso, quais são para o senhor os próximos passos da história oral?

José Carlos Sebe: Acho que o caminho agora é evoluir da história oral para questões da memória de transmissão oral. E não parar aí, pois o passo seguinte é trabalhar com mecanismos que permitam acesso amplo ao conhecimento. Novelas, cinema, rodas de histórias são alternativas possíveis, viáveis e próximas. Eu no momento estou trabalhando com cinema documentário. Estou trabalhando diretamente como Silvio Tendler e participei da elaboração de alguns produtos que devem entrar nos grandes circuitos. Fizemos um sobre Carlos Zéfiro e a questão da pornografia durante a Ditadura, de como se driblava a censura com os manuais do Carlos Zéfiro. E estamos desenvolvendo um filme que será estreado em março próximo, sobre a

¹⁹ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do exílio, Brasil 1964-19*. Editorial Arcádia, 1976.

²⁰ COSTA, Albertina de Oliveira; Lima, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, Maria Tereza Porciúncula (Org.). *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

José Carlos Sebe Bom Meihy

biografia do próprio Tandler que, no fundo é uma reflexão sobre como um documentarista trabalha um documentário sobre si próprio. Bem instigante...

Revista Epígrafe: Indo nessa linha, o Brasil tem uma história com documentário de entrevista que é muito significativa, talvez o Eduardo Coutinho seja o maior expoente desse tipo de cinema...

José Carlos Sebe: Foi exatamente isto que me fez aproximar do Sílvio Tandler. Queria entender qual a relação da entrevista feita pelo cineasta de documentário e a história oral? Sempre quis ir além da resultante história oral e escrita. É bom lembrar que o próprio Coutinho disse que lia livros de história oral. A relação entre documentário e história oral é íntima e se confunde no sentido da história pública. Veja que entre as duas alternativas atua a presença das máquinas. Eu pessoalmente, estou muito atrasado nisso, pois quando eu comecei apenas me valia de entrevistas gravadas com simples máquinas. Ainda que eu continue preferindo essa solução, muitos evoluíram para o audiovisual. E os documentaristas souberam se aproveitar dos temas históricos e do jeito que teorizamos entrevistas. Não tenhamos dúvidas, os documentaristas fazem, em termos de discussão abrangente, o que nós historiadores não fizemos. Logicamente, num espaço sadio de discussão temos que admitir tudo. A história profissional, dos especialistas, tem que continuar. Mas, pensando no alcance nacional, amplo, temos que louvar o cinema. O documentário brasileiro é maravilhoso! Veja só, o Sílvio faz a crítica à alimentação antes do [Michael] Moore, nos Estados Unidos, não é? O Eduardo Coutinho, com *Cabra Marcado para Morrer, As Canções...*

Revista Epígrafe: Na passagem da gravação da entrevista para a transcrição, quais são os critérios para a escrita da oralidade?

José Carlos Sebe Bom Meihy

José Carlos Sebe: Veja, para o NEHO a base de tudo é o conceito dos irmãos Campos [Augusto e Haroldo de Campos] sobre *transcrição*, que elabora os critérios de passagem de um código (oral) para outro (escrito). E no caso do documentário, passa também pela transformação para o audível ou para o visual. No caso da história oral é importante ter claro que não se trata apenas de entrevistas, depende de um projeto. Todo projeto tem que explicitar determinados procedimentos

Revista Epígrafe: Como somos uma revista de graduação e história oral é uma coisa que a gente vê pouco nas disciplinas do Departamento...

José Carlos Sebe: Veem muito, imagina o que era isso 30 anos atrás...

Revista Epígrafe: Ah, com certeza... Sabemos que definições são muito restritas, mas pensando em quem está lendo, o que seria história oral, o que o senhor entende por história oral?

José Carlos Sebe: História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto, definindo qual é a comunidade de destino, a problemática do grupo que vai ser estudado e como é que isso vai ser estudado, quais os procedimentos para estudar isso. Organizar redes, por exemplo. A experiência masculina é uma, a experiência feminina é outra, não é? A experiência feminina, da mulher, mãe, é uma; de uma mulher que não tem família constituída, é outra. Nós vamos entrando nessas filigranas da micro-história.

Revista Epígrafe: E nesse sentido, o que é a transcrição?

José Carlos Sebe: A transcrição é um processo de desnaturalização de situações que estão postas, mas que não se transformaram em objeto de atenção. Nós estamos aqui, certo? Daqui a pouco todos vamos embora, mas se eu resolvo escrever sobre o

José Carlos Sebe Bom Meihy

nosso encontro eu vou produzir alguma coisa que, por enquanto, está nessa situação natural, e aí vou dizer: “olha, eu conversei com o Pedro, que estava com camisa cor de rosa”... Eu começo a *transcriar*, eu vou pegar o que estava em estado natural e que pode não acontecer; posso não entrevistar ninguém, mas se eu pegar a mulher que vai passar ali daqui a pouco e entrevistá-la, eu estou *desnaturalizando* uma situação. O papel da história oral, da transcrição, é: eu primeiro vou produzir esse suporte gravado, gravado só do som, ou gravado visual, e a partir disto eu vou então produzir um outro nível de reflexão, que é a análise, que é o motivo pelo qual nós estamos aqui... Por que é que a Letícia disse isso e você perguntou aquilo? Então eu estou criando uma *outra* situação. Agora a transcrição, eu me transcrevo. Eu sou historiador, estou no Departamento de História, tenho que produzir reflexões, suportes para reflexões, certo? Isto é transcriar. Agora, depois que vocês me entrevistaram, vocês vão ter que passar isso do oral para o escrito. É outro nível de transcrição.

Revista Epígrafe: Para além do que está dito no áudio...

José Carlos Sebe: Você vai entrevistar um índio e colocar os erros gramaticais, ou um japonês, eu tenho muita essa experiência... Ou um alemão, que fala “eu peguei a vestido e depois eu quebrei o garrafa”... Quer dizer, chega um ponto em que você não pode, você tem que... Aí entra toda a questão literária, né? De produzir um texto com os referenciais dados... Você não pode inventar, você tem uma economia de palavras que você pode usar, que são as palavras usadas, certo? Mas eu tenho que interferir nesse texto. E aí que os historiadores que se dizem anti-positivistas, se tornam *muito* mais positivistas que os positivistas, porque “ah, mas não foi assim que ele disse!” Não foi assim? Eu falei baixinho [fala baixinho], eu aumentei a voz [aumenta a voz],

como é que eu vou por isso? O resultado está aqui, está aqui no texto, não é? Isso que é transcriar.

Revista Epígrafe: Se o senhor quiser falar sobre isso – não sabemos até que ponto o senhor quer falar sobre isso –, mas quais são as diferenças, no fim das contas, entre a história oral proposta pela pelo NEHO e a proposta pelos outros centros de história oral do Brasil, como o CPDOC e o LABHOI.

José Carlos Sebe: Bem, veja, o CPDOC tem esta proposta produzir documentos a partir do que eles chamam de depoimentos. Nós não trabalhamos com depoimento que é coisa policlesca, jurídica e que remete a verdade. Só isso aí já nos distancia. Tem uma diferença a mais, um diferencial ainda maior, que é: nós vamos onde a pessoa está. O CPDOC é um prédio, ele tem um sistema de som... Agora você pensa, trazer a senhora Mariazinha da Silva da favela para dar *um depoimento* no CPDOC. Eu já fiz entrevista em cinema, igreja, prostíbulo, ônibus, avião, na UTI, entende? É *tudo* muito diferente. Nossas diferenças são formais e, também, de procedimentos: trabalhamos essencialmente com pessoas comuns; eles preferem personalidades da elite. E para nós é importante os procedimentos éticos. Até onde a gente pode perguntar? Até onde podemos avançar no silêncio para uma mãe que teve o filho assassinado, entende? Até onde eu posso ir? Então nós temos uma coleção de procedimentos muito diferenciados. Eu, particularmente... Nós, o NEHO, não estamos procurando a *verdade histórica*.

Para mim interessa muito mais as variações... Eu vou dar um exemplo que pode esclarecer isso. Eu fui entrevistar uma dessas sonhadoras analfabetas – são senhoras, sempre acima de 60 anos – ela nasceu em Quixeramobim, no Ceará, e foi direto para Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e nunca saiu de lá. Eu estou

José Carlos Sebe Bom Meihy

entrevistando essa senhora e eu pergunto... Bem, tem toda uma técnica, você vai, você visita, você volta, conversa... “Com o que a senhora sonha?”, “ai! outro dia eu sonhei que eu tava num barquinho, uns homens *bonitos* que remavam para cá, eles cantavam muito, e eles tinha uma camisa listrada, e a gente passava por debaixo da ponte!” – era Veneza! – “Mas como que a senhora...?”, “Ah! Não sei, eu sonho sempre com isso, isso volta” “Mas como, minha senhora? A senhora não saiu de Quixeramobim?”, “Não, eu não saio nem aqui do bairro, eu tenho medo! Na minha casa todo ano tinha uma folhinha...” – um calendário com a imagem de Veneza, isso ficou na cabeça dela. Então, isso me interessa. Eu não tenho prova disso, eu não tenho nada! Dê uma olhada num livro meu, que está publicado de graça na internet, chamado *Aventuras Oníricas*²¹... E isso é uma coisa que o NEHO faz, nós exploramos, nós inventamos, nós queremos fazer o nosso lema: vamos fazer o que os outros não estão fazendo. “Ah! Mas isso não é história”, “Ah! mas não é literatura” [bate as mãos uma na outra para sinalizar que não se importa]. Está aqui, todo mundo está lendo. É o que me interessa.

Revista Epígrafe: E nesse projeto de história oral, a análise é necessária ou não?

José Carlos Sebe: Depende do âmbito do projeto. Há correntes que entendem que a narrativa dos “colaboradores” já encerra uma análise, uma racionalização da própria experiência. Nesses casos, a publicidade já se constitui em análise. Há também os que querem a interferência analítica dos “autores” ou dirigentes do projeto. É aí que atua a questão da análise. A boa aplicação das fórmulas propostas pelo NEHO nos leva aos chamados “procedimentos”. Nós trabalhamos com redes, por exemplo, criamos uma rede de homens, outra de mulheres implicados em dada situação. Imaginemos um

²¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEMOS, Anna Paula; TRIANI, Felipe; OLIVEIRA, Joaquim Humberto C. de (Org.). *Aventuras oníricas: experiências pedagógicas em narrativas, textos e imagens*. Salvador/Duque de Caxias: PontoCom/UNIGRANRIO, 2015.

projeto sobre violência doméstica onde teríamos uma rede de agressores e outra de vítimas, é sempre a partir do cruzamento dos argumentos, do trabalho com o contraditório que propomos análises.

Revista Epígrafe: Então sempre que se fala de análise temos que pensar em interferência dos colaboradores?

José Carlos Sebe: Eu pessoalmente tenho prestado atenção nas chamadas “boas histórias”, estou gostando cada vez mais de contar uma história bem contada, deixar a história comover, se impor no prazer da audiência. Diria, aliás, que isto é uma tendência como se nota pela ganhadora do prêmio Nobel faz com o livro *Vozes de Tchernóbil*²², da escritora Svetlana Alexiévitch, são histórias sem as reclamadas análises... É isso que a história pública quer fazer, contar uma história que tenha aceitação compreensiva por fatias maiores de consumidores. O *leitor* tem que perceber, entende? Eu tenho que tratar o leitor, o receptor, a partir da dificuldade que ele teria em proceder uma conclusão própria, isto é, a não ser que seja uma proposta que realmente vise discutir determinados temas.

²² ALEXIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.